

Relatório final de Roberto Magalhães não deverá indicar culpados ou inocentes

O relator da CPI do Orçamento, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), não será o responsável pela elaboração da lista dos parlamentares que poderão ser cassados.

Ontem, Magalhães revelou que até mesmo os inocentes investigados pela CPI terão seus nomes incluídos junto com os culpados no relatório final que será votado no máximo até o fim da próxima semana. Seu relatório deverá citar pelo menos cinquenta parlamentares e caberá ao plenário da CPI votar nome a nome para definir a lista dos que serão punidos:

“Os membros da CPI é que discutirão nome a nome para indicar as penalidades ou a inocência de cada um. O relatório trará o nome de todos os investigados, inclusive os inocentes”, explicou Magalhães, de acordo com a Agência Globo.

CASSAÇÃO

Os deputados cuja cassação deverá ser sugerida pela CPI da Corrupção poderão perder seus mandatos já em meados de fevereiro. A previsão foi feita, ontem, pelo presidente da Câmara, deputado Inocêncio de Oliveira (PFL/PE). Ele pretende sugerir o nome do

deputado Roberto Magalhães (PFL/PE), relator da CPI, para a mesma função na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, que vai preparar o relatório sobre as cassações de deputados envolvidos no esquema de corrupção da Comissão Mista de Orçamento. Como Magalhães já conhece cada uma das situações desses parlamentares, ele poderá apressar o relatório, o que Inocêncio espera que ocorra, o mais tardar, até 17 de fevereiro, de acordo com a Agência Brasil.

EMENDAS

A CPI do Orçamento descobriu que um grupo de 27 parlamentares formou um núcleo de poder que controlou a Comissão Mista de Orçamento desde 1985. Esses parlamentares, além de manipular as subvenções sociais em conjunto com o Executivo atuavam na elaboração de emendas, beneficiando empreiteiras, obras de seu interesse e se revezavam nos cargos de comando.

O levantamento feito pela subcomissão de emendas da CPI buscou listar os parlamentares pela quantidade de emendas e, principalmente, pela aprovação posterior e liberação das verbas.